

MUNICÍPIO DE MÉRTOLA**Aviso (extracto) n.º 19181/2009****Exoneração**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Senhor Presidente datado de 13/11/2008, foi aceite o pedido de exoneração a partir de 12 de Outubro de 2008, apresentado pelo Técnico Superior de 2.ª Classe/Arquitecto, António Joaquim Espinho Remexido.

26 de Setembro de 2008. — A Vereadora com competências delegadas, *Sandra da Cruz Gonçalves*.

302441245

MUNICÍPIO DA MOITA**Aviso n.º 19182/2009**

Para os devidos efeitos se torna público que deverá ser considerado sem efeito o aviso n.º 16444/2009, Procedimento Concursal Comum para a Contratação de Um Técnico Superior (Direito) em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 21 de Setembro de 2009.

8 de Outubro de 2009. — A Directora do Departamento de Recursos Humanos, por delegação de competências, *Rosaria Maria Soares Murça*.

302425734

Aviso n.º 19183/2009

Para os devidos efeitos se torna público que deverá ser considerado sem efeito o aviso n.º 16442/2009, Procedimento Concursal Comum para a Contratação de Um Assistente Operacional — Mecânico em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183 de 21 de Setembro de 2009.

8 de Outubro de 2009. — A Directora do Departamento de Recursos Humanos, por delegação de competências, *Rosaria Maria Soares Murça*.

302425401

Aviso n.º 19184/2009

Para os devidos efeitos se torna público que deverá ser considerado sem efeito o aviso n.º 16443/2009, Procedimento Concursal Comum para a Contratação a Termo Resolutivo Certo de Um Técnico de Informática do Grau 1, Nível 1, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 21 de Setembro de 2009.

8 de Outubro de 2009. — A Directora do Departamento de Recursos Humanos, por delegação de competências, *Rosaria Maria Soares Murça*.

302425134

Aviso n.º 19185/2009

Para os devidos efeitos se torna público que deverá ser considerado sem efeito o aviso n.º 16441/2009, Procedimento Concursal Comum para a Contratação de Dois Assistentes Operacionais — Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 21 de Setembro de 2009.

8 de Outubro de 2009. — A Directora do Departamento de Recursos Humanos, por delegação de competências, *Rosaria Maria Soares Murça*.

302423993

MUNICÍPIO DE PAREDES**Aviso n.º 19186/2009**

Procedimento comum para constituição de bolsa de recrutamento para técnicos superiores tempo parcial, no âmbito do programa de actividades de enriquecimento curricular no 1.º CEB música/expressão musical em regime de contrato de trabalho por tempo determinado em funções públicas.

(aviso n.º 14138/2009; código da publicação da oferta: OE200908/0323)

Torna-se público que, nos termos do disposto no artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro, se encontra afixada na Secção de Gestão de Recursos Humanos — Edifício Paços do Concelho Parque

José Guilherme — Paredes e na página da Internet www.cm-paredes.pt opção Acção Municipal — Recursos Humanos a lista dos candidatos(as) admitidos(as) e excluídos(as).

Para efeitos da Audiência dos Interessados, nos termos do Código do Processo Administrativo, os(as) candidatos(as) têm 10 dias úteis para se pronunciar por escrito da sua exclusão através de formulário norma obrigatório, iniciando o prazo no dia útil seguinte à publicação do presente aviso;

Os(as) candidatos(as) admitidos(as) serão posteriormente notificados por e-mail do dia da aplicação dos métodos de selecção.

1 de Outubro de 2009. — O Presidente da Câmara, *Celso Manuel Gomes Ferreira*.

302425507

MUNICÍPIO DE POMBAL**Aviso n.º 19187/2009****Apreciação pública do Regulamento da Actividade Comercial e de Serviços — Proposta de alteração**

Narciso Ferreira Mota, Presidente da Câmara Municipal de Pombal, torna público, de harmonia com a deliberação que aquele Órgão tomou em reunião de 17/09/2009 e nos termos dos n.ºs 1 e 2 do Artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo ter sido introduzido em apreciação pública a Alteração ao Regulamento, pelo prazo de 30 dias contados da publicação do presente no *Diário da República*.

O documento encontra-se disponível para consulta no portal do Município, em www.cm-pombal.pt, bem assim no Edifício dos Paços do Concelho, sito no Largo do Cardal, 3100-440, em Pombal.

No decurso daquele prazo podem os interessados remeter quaisquer sugestões ao Município, para o Largo do Cardal, 3100-440 — Pombal, ou fax n.º 236 210 599 ou e-mail geral@cm-pombal.pt.

8 de Outubro de 2009. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota*.

302473824

MUNICÍPIO DE RESENDE**Aviso n.º 19188/2009**

Em cumprimento do disposto no artigo 36.º, n.º 6, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, tornam-se públicas as listas unitárias de ordenação final dos opositores aos procedimentos concursais publicitados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 24 de Julho de 2009, após homologação do presidente da Câmara em 7 de Outubro de 2009:

Um professor do ensino de Inglês (concurso A) — Cármen Manuela Pereira Carneiro Lucas — 18,57 valores;

Um professor do Ensino da Música (concurso B) — José Adão Resende Pereira — 11,22 valores.

A lista unitária de ordenação final foi afixada no placard da Secção de Atendimento ao Município e disponibilizada na página electrónica do município de Resende.

20 de Outubro de 2009. — O Presidente da Câmara, *António Borges*.

302463934

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA**Aviso n.º 19189/2009****Processo n.º 2154/1999**

Alfredo de Oliveira Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira:

Nos termos e para efeitos do preceituado no artigo 77 do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, por remissão do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, torna-se público que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira vai proceder à abertura do período de discussão pública do pedido de licenciamento de alteração ao alvará de loteamento n.º 2/91, emitido em 2000/02/24, que consiste no acréscimo de três lugares de estacionamento público imposto pelo

disposto no n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento do PDM, que corre os seus termos sob:

Processo n.º 2154/1999.

Requerente: Município de Santa Maria da Feira.

A discussão pública decorrerá pelo período de 15 dias úteis e iniciará-se-á oito dias úteis após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, podendo os interessados consultar o processo de licenciamento e respectivos pareceres e informações técnicas no Departamento Jurídico e Administrativo da Câmara Municipal, sita no Largo da República, em Santa Maria da Feira, durante o horário normal de expediente (9.00h — 17.00h).

No caso de oposição, os interessados, podem apresentar, por escrito, a sua exposição devidamente fundamentada, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.

20 de Outubro de 2009. — O Vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, *José Manuel S. Oliveira*.

302469645

MUNICÍPIO DE SETÚBAL

Aviso n.º 19190/2009

Proposta de operação de loteamento — Abertura de discussão pública

André Martins, vereador da Câmara Municipal de Setúbal, faço público que, no uso de competência delegada pela Presidente da Câmara, é aberto um período de discussão pública de acordo com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4 de Junho sobre a proposta de licença para a operação de loteamento urbano, sito em Pega Manca de Baixo, Manteigadas.

Em 19/06/07, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/01 de 4 de Junho (RJUE), foi solicitada licença para operação de loteamento em área não abrangida por Plano de Pormenor, para o prédio rústico, inscrito sob o artigo 49.º da secção C da respectiva matriz da freguesia de S. Sebastião, com área total de 42 750 m².

O pedido foi formulado pela sociedade requerente na qualidade de proprietária, conforme demonstrado nos elementos cadastrais apresentados.

Está em apreço a proposta de ocupação prevista na planta síntese anexa requerimento n.º 4618/2009.

A parcela está classificada, face ao Plano Director Municipal (PDM) em vigor, como Espaço Verde de protecção e Enquadramento, com cerca de 5 812,37 m², e Espaço Urbanizável de Baixa Densidade H1 o restante, pelo que, decorrem os condicionamentos urbanísticos previstos nos artigos 91.º a 96.º e 117.º do regulamento do referido plano, nomeadamente:

Área em urbanizável: 36 937,63 m²;
STP máxima: 11 081,26 m² (iub <0,3);
Número máximo de pisos: 2;
Cércea máxima: 6,5 m;
Número máximo de fogos: 55 (15 fogos/Ha);
Área mínima dos lotes: 400 m²;
Estacionamento: 2 LPA/fogo;

Não foram identificados solos incluídos no regime de RAN nem no regime de REN.

A proposta de loteamento refere-se à constituição de 53 lotes para moradias de habitação unifamiliar de dois pisos, com uma superfície total de pavimentos de 10 880,00 m², correspondendo a um índice de utilização bruto de 0,25.

As implantações das construções estão definidas de acordo com os polígonos de implantação desenhados nos lotes em planta síntese.

O estacionamento regulamentar encontra-se cumprido, estando previstos 106 lugares de parqueamento automóvel no interior dos lotes correspondendo a dois lugares por fogo.

A proposta assegura generosamente o dimensionamento das áreas mínimas previstas no artigo 129.º do Regulamento do PDM para cedência para Espaços Verdes e Equipamentos de Utilização Colectiva, estando previstas 7 425,84 m² de espaços verdes e 1521,23 m² destinados a equipamentos.

Pela DIPU foram elaborados vários pareceres destacando-se: os pareceres de 20/03/2008 e 01/04/2009 relativo ao enquadramento urbanístico, os pareceres de 20/03/2009 e 08/04/2009 relativo à aceitação da rede viária e o parecer de 07/07/2009 relativo ao paisagismo nomeadamente

na aceitação das áreas verdes, nas áreas de protecção e enquadramento e às servidões de domínio hídrico associadas.

A 10/03/2008 e 13/06/2008, o GAGIAS emite parecer (37/08/DTA/GAGIAS) relativo às drenagens de pluviais, identificando condições que deverão ser verificadas no âmbito do projecto de especialidade e necessidade de licenciamento específico.

A sociedade requerente apresentou pareceres favoráveis e projectos de especialidades aprovados pela Setgás, Portugal Telecom e EDP. De acordo com o disposto no artigo 19.º do RJUE, foi ainda consultada a entidade gestora das redes de infra-estruturas de águas e esgotos, Aguas do Sado que se pronunciou através do parecer DENG/SPIG 000109/09/2008, de 26/05/2008 e adenda DENG/SPIG 000128/2008, de 12/06/2008.

Foram também apresentados os pareceres emitidos pela ARH — Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P., 07/01/2009 e da CCDR-LVT de 01/09/2008 no âmbito do Domínio Hídrico e da Lei da Água, impondo como condição a salvaguarda do traçado inicial das linhas de água e obtenção dos respectivos títulos de utilização devendo ser executada a passagem hidráulica sob o arruamento confinante a Sul e eventuais passagens hidráulicas adicionais a jusantes.

Informam ainda que deverá ser apresentado um estudo de laminagem do eventual acréscimo de caudal pluvial induzido pela implementação do loteamento e afluente à valeta da estrada, em bacias de retenção a integrar nas zonas verdes previstas bem como à reformulação da valeta da estrada.

O período de discussão inicia-se no 8.º dia útil após a publicação deste aviso no *Diário da República* e decorrerá nos 15 dias úteis subsequentes.

A proposta para consulta estará patente na Divisão Técnico-Administrativa do Departamento de Urbanismo desta Câmara, na Rua Acácio Barradas, n.º 27, Edifício Sado, R/C, em Setúbal.

Todos os interessados poderão apresentar, dentro do prazo antes referido, as suas reclamações, observações ou sugestões.

7 de Outubro de 2009. — O Vereador, com competência delegada na Área do Urbanismo, *André Martins*.

302461658

MUNICÍPIO DE SINTRA

Aviso n.º 19191/2009

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, a seguir se publica a lista unitária de ordenação final referente ao procedimento concursal comum para recrutamento de três Assistentes Operacionais — Gabinete Médico Veterinário Municipal, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado:

1.º — Maria João Oliveira Gomes — 15,50 valores;

7 de Outubro de 2009. — Pelo Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria de Jesus Camões Cóias Gomes*.

302445766

MUNICÍPIO DE TABUAÇO

Aviso n.º 19192/2009

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º e para os efeitos determinados na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/09, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal para recrutamento e preenchimento de um posto de trabalho de técnico superior — área de obras municipais — da carreira geral de técnico superior.

Candidatos aprovados:

1.º José António Cardoso — 17,38.

2.º Daniel Filipe da Cunha Santos — 14,25.

9 de Outubro de 2009. — O Presidente da Câmara, *José Carlos Pinto dos Santos*.

302430504

Aviso n.º 19193/2009

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º e para os efeitos determinados na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria 83-A/09, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal para recrutamento e preenchimento de um posto